

FENASPS E REPRESENTANTES COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DA FENASPS (CONASF) REÚNEM-SE COM A PRESIDÊNCIA DO INSS PARA TRATAR DE DEMANDAS DO SERVIÇO SOCIAL - 29.08.2016



PARTICIPANTES: Moacir Lopes (FENASPS), Jorge Moreira (RS), Anderson da Luz (DF), Thiago Alves (SP), Jorge Og (DF), Júlio Lopes (SE), Grete Tirloni (GO); Leonardo Gadelha (presidente do INSS); César Oliveira (diretor da DIRSAT); Renata Rocha Flores (Coord. de Serviços Previdenciários - substituta); Samantha Olivetti (chefe da DSS); Raquel Alvarenga (CFESS); Zeniti (CFESS).

A audiência com a presidência do INSS foi iniciada por volta das 11:30h. Após uma rápida apresentação entre os membros da Comissão de Assistentes Sociais da Fenaps, representantes da Federação e dos gestores, foram colocados os pontos de pauta como propostas para a discussão em audiência. Os pontos elencados foram quatro: 1 - Recomposição da Equipe de Profissionais da Divisão do Serviço Social (DSS/INSS); 2 - Oficialização e Composição do GT de Reestruturação do Serviço Social na Previdência; 3 - Convocação Imediata dos/as aprovados/as no concurso deste ano e mais os 50% excedentes e; 4 - Defesa do Modelo Social de Avaliação da Deficiência.

Convocação Imediata dos/as aprovados/as no concurso deste ano e mais os 50% excedentes: O presidente do INSS, Leonardo Gadelha, fez questão de iniciar a sua fala pelo terceiro ponto de pauta, informando que, inclusive, estava reunido (poucos instantes antes desta reunião) com representantes dos aprovados no último concurso e que as

informações que ele possuía eram a de que o a solicitação que o INSS havia feito em relação à convocação dos aprovados no concurso está numa fila de espera e que é uma das próximas a ser contemplada. Afirmou ainda que pretende reforçar esta solicitação até a próxima semana e que sua expectativa é a de que se convoquem todos os aprovados e ainda os excedentes possíveis. Registrou que o INSS tem pressa e necessidade por esta convocação, que deve se dar ainda este ano.



Recomposição da Equipe de Profissionais da Divisão do Serviço Social (DSS/INSS):

Acerca da recomposição da equipe de profissionais que atuam na DSS/INSS, a atual chefe da Divisão, Samantha Olivetti, fez um balanço sobre as duas semanas em que está à frente da DSS, que existem várias demandas a serem resolvidas e que, com a saída da maior parte das profissionais que atuavam na Divisão é extremamente necessária e urgente a sua recomposição. Foi proposta a diretoria que esta recomposição seja feita a partir da indicação de nomes que, na medida do possível, contemplem as regiões do país e que sejam indicados num processo democrático, ouvindo os assistentes sociais da base. Nesse momento o presidente do INSS afirmou que não via problema algum em receber indicação de nomes e que apoiava esta iniciativa por parte dessa representação de profissionais. Sobre este assunto, o diretor da Diretoria de Saúde do Trabalhador (DIRSAT), César Oliveira, afirmou que dá total autonomia a chefe da DSS para que a

mesma indique estes nomes, sem maiores problemas. Afirmou também que não possui restrição de nomes e que não se oporá a nenhum deles. Os nomes ficaram de ser indicados pela Comissão, sendo que, de imediato, seriam indicados alguns profissionais que tivessem o compromisso de contribuir para desafogar as atuais demandas da DSS. Uma espécie de força tarefa para encaminhamentos das questões mais urgentes. O presidente declarou que se houver necessidade, pode autorizar uma liberação maior de recursos orçamentários para o deslocamento desses profissionais a Brasília.

Oficialização e Composição do GT de Reestruturação do Serviço Social na Previdência: Os representantes da Comissão da Fenasps falaram da importância de que seja agilizada a criação do GT de reestruturação do Serviço Social na Previdência e que os trabalhos deste GT poderão subsidiar os trabalhos do Comitê Gestor de Reestruturação da Carreira do Seguro Social, ainda a ser formado pelo governo, conforme Termo de Acordo de Greve firmado em 2015. Segundo as representações dos assistentes sociais, este trabalho é emergencial, diante de algumas experiências pontuais de assédio moral, tentativas de desvios de função e outras formas de pressão ilegais e arbitrárias feitas por alguns gestores que desconhecem - ou fingem não conhecer - as atribuições privativas dos assistentes sociais no INSS, e que é necessário resgatar a minuta de atribuições dos assistentes sociais, a qual, há mais de uma década está parada no MPOG. O presidente se dispôs em fazer uma mediação com o Planejamento para que essa minuta avance. Os representantes também propuseram que este GT possa contar com representações suplentes e titulares, de forma paritária, de entidades como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), a FENASPS e da Gestão do INSS. Em sua fala o presidente do INSS afirmou que esta é uma reivindicação justa e importante e que possui o apoio da gestão. Solicitou que a proposta seja estruturada, o quanto antes, e enviada para que possam ser agilizados os procedimentos de efetivação do GT. O presidente solicitou que a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) componha esse GT. Assim seriam quatro titulares do INSS: 02 titulares e 02 suplentes (DSS/DGP). Os nomes deverão ser encaminhados pelas entidades o quanto antes.

Defesa do Modelo Social de Avaliação da Deficiência: Como último ponto da discussão, os membros da Comissão da FENASPS fizeram uma fala acerca da Defesa do Modelo Social da Avaliação da Deficiência e que, desde 2007, com a edição do Decreto 6.214 e, com efetiva atuação a partir do ano de 2009, passou a ser executado pelo INSS, através da avaliação médica e social da deficiência dos requerentes do BPC/LOAS e, desde 2013, para as aposentadorias por idade e tempo de contribuição, de trabalhadores com deficiência (LC 142/2012). Foi destacado que o Brasil é signatário deste modelo, junto à ONU desde 2008, e o mesmo representa uma vitória para o movimento de pessoas com deficiência no Brasil. Ampliando o olhar sobre a deficiência, em sua interação com os fatores ambientais, contextuais e de participação social, tornando esta avaliação algo mais justo. Os representantes manifestaram preocupação em relação a

entidades externas ao INSS, mas, que são muito próximas ao governo e que tem falado em vários espaços públicos, acerca da atuação do Serviço Social na Previdência, algo que, na avaliação dos presentes, é ilegítimo e merece imediata resposta, inclusive da gestão do INSS. Além disso, manifestaram preocupação com os recorrentes rumores de saída do Serviço Social e da Reabilitação Profissional do INSS. Sobre este último comentário, o presidente do INSS foi taxativo e reafirmou que "a chance de o Serviço Social sair do INSS não é 0 (zero), é -1". Disse que isso não passa de boatos e que não há discussão nenhuma na sua gestão a este respeito. O que pode haver é uma maior articulação dos serviços do SUAS com as agências do INSS e isto ainda está em estudos no MDSA. Em relação ao modelo social de Avaliação o presidente afirmou que se mantém do jeito que está e que também não há intenção, por parte de sua gestão, de fazer alteração na atuação dos assistentes sociais do INSS neste sentido. Com relação à RP o presidente disse que está indo a São Paulo conhecer a experiência de RP desenvolvida pela CNI, mas que não há nenhuma tratativa além desta visita. Foi proposto pelos membros da CONASF que QUALQUER discussão de alteração no modelo de avaliação, do instrumento ou na estrutura do SS deve ser reportado e contar com a participação da FENASPS e da comissão. Nenhum dos presentes de opôs.



PROGRAMA DE PREVENÇÃO E FISCALIZAÇÃO ADOECIMENTO NO TRABALHO -
Considerando o crescente aumento dos auxílios doenças, provenientes do processo de

trabalho, as empresas operam hoje sem nenhuma fiscalização efetiva, e o INSS acaba sendo o destinatário de todos os trabalhadores lesionados pelas doenças profissionais DORT/LER e psicossomáticas que afastam estes profissionais do trabalho e provocam aumento de custos do INSS. Que estará fazendo a revisão destes benefícios por força da Medida Provisória 739. Apresentamos propostas para o INSS junto com demais ministérios e órgãos públicos, reorganizarem as equipes de fiscalização de forma a prevenir o adoecimento no trabalho, de forma a proteger os trabalhadores, além de responsabilizar os setores de produção, que são as causas desta verdadeira indústria de lesionados, mutilados no processo de trabalho.

ENCAMINHAMENTOS:

- Que seja convocada uma força tarefa de assistentes sociais para auxiliar na reestruturação da Divisão de Serviço Social;
- A indicação do colega Anderson Cavalheiro, que será cedido nas próximas semanas, com a função de auxiliar a DSS na convocação dos servidores que vão compor a força tarefa;
- Que a Presidência disponibilize os recursos necessários ao deslocamento desses profissionais;
- Que sejam encaminhados os nomes para composição do GT pelas entidades participantes (CFESS, FENASPS, ABEPSS), para que seja encaminhada a portaria que institui o mesmo;
- Localizar a minuta das atribuições no MPOG e reavaliar seu prosseguimento;
- Cobrar que todas as propostas de alteração do modelo de avaliação da pessoa com deficiência sejam submetidas às entidades;

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS DA FENASPS

Diretoria Colegiada - FENASPS